

Ata nº 06 /2024/CONSEME

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas realizou-se de forma presencial na sala de reuniões da Casa dos Conselhos – Balneário Camboriú, reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação - CONSEME, com a - presença dos conselheiros: Lívia, Sarah Moura Machado Severino, Simone Hermes dos Santos Almeida, Elisete Soares Voiticzki, Marcos Antonio da Silva, Oséias Alves Pessoa, Graciane Carneiro de Oliveira, Andréia Cristiane Barbieri Strapazzon, Susane Maria Bittencourt Medina, Dayane Regina Masselai, Anielli Rossini, Cristina Bramante, Juliana Vargas e Fernanda Guedes. Contamos ainda com a presença do professor Rudnei Martins, apresentando o Plano de Formação para função de Diretores/Gestores de Escolas e NEIs, promovido pela Amfri e ministrado pela professora Gilmara Silva. A reunião foi conduzida pela vice-presidente Lívia Neves Firmo. A secretária Graciane iniciou a reunião colocando que serão verificadas as ausências dos conselheiros que não apresentam justificativas, para que os órgãos dos quais eles representam sejam notificados e indiquem novos representantes, em seguida realizou a leitura da ata nº 05/2024, com acompanhamento dos demais conselheiros por meio de data show, para possíveis ajustes e correções que foram feitos pelo professor Marcos, sendo aprovada e assinada pelos conselheiros. A secretária fez a leitura da pauta, e a leitura da Solicitação de revisão do art. 44, inciso IX da resolução nº 02/2024. Em seguida a câmara de Educação Básica apresentou o parecer sobre escola integral em tempo integral, conselheiro Marcos iniciou a leitura e a conselheira Dayane Masselai deu continuidade na leitura da minuta do parecer. Iniciando as inscrições para discussão acerca do tema, tivemos quatro inscritos, conselheiro Oséias Pessoa, conselheira Elisete Soares Voiticzki, conselheira Susane Maria Bittencourt e Marcos Antônio. O conselheiro Oséias falou sobre a revogação do decreto da Escola Integral em tempo integral, explicando que o Conselho Municipal de Educação pode homologar ou não e cita que precisa-se de um diagnóstico da educação e pede vistas ao projeto para uma melhor análise, considerando entre outros itens, a estrutura física e os espaços. Conselheira Elisete manifesta-se dizendo que não estão claras as intenções no projeto, que professores atenderão as crianças no contraturno?. A conselheira Dayane responde a Elisete dizendo que também sente preocupação em relação ao projeto e relembra que professor Otto, enquanto Diretor do departamento de desenvolvimento colocou que o projeto foi discutido na AMFRI. A conselheira Simone também que o projeto precisa de maior clareza. A conselheira Susane relata sobre experiência vivida em uma escola integral que era muito precária e demonstra preocupação com o programa, comenta que o parecer está muito bom e corrige falhas do passado. O conselheiro Marcos Antônio fez alguns questionamentos como: apresentação do cronograma, a quem se destina, formação dos profissionais que atenderão a estas crianças, decreto que apresenta “aulas síncronas e assíncronas”. A conselheira Dayane sugere que a câmara de educação Básica se reúna com o departamento de Ensino Fundamental para discutir sobre este projeto e construir um projeto que vise qualidade. O conselheiro Oséias diz que o ideal seria primeiramente implantar um projeto piloto, atendendo uma turma de 30 estudantes e ir ampliando gradativamente com os ajustes necessários. Marcos Antônio comenta sobre o público alvo e critérios de seleção. Conselheira Simone explica sobre o item C, e as diferenças entre Educação Especial e Necessidades Especiais, e o que será proporcionado no ensino integral para estudantes com necessidades especiais e deficiências. A conselheira Dayane comenta que o edital para inscrições na escola de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



tempo integral, só chegou ao conhecimento do Conseme no dia de hoje (26/06/2024) e todos concordam com vistas a este projeto. Seguindo a pauta, Dayane relata como foi o 1º seminário sobre a escola integral e educação em tempo integral, ocorrido na câmara de vereadores, com participação do presidente da comissão de saúde, educação, cultura e assistência social da câmara de vereadores de Balneário Camboriú, do secretário de educação Otto Afonso Thiel, presidente Daniel Oliveira e palestra com o Professor Juarez da Silva Thiesen o seminário foi muito positivo, que apesar do grande número de participantes, este poderia ter sido ainda maior pelos profissionais do magistério e coloca que o diálogo entre Secretaria de Educação e Conseme precisa ser ampliado, o que todos concordam. A conselheira Sarah comenta que o público não foi maior porque não houve divulgação por parte da Seduc. O conselheiro Oséias parabenizou pelo seminário, pelo envolvimento e pela escolha do palestrante. Seguindo a reunião, o professor Rudnei apresentou o Plano de formação para diretores/gestores de escolas e NEIs, explicou que os encontros são semanais, totalizando 6 encontros com aulas síncronas e assíncronas, com atividades e trabalhos, por meio da plataforma GOOGLE Classroom. Com relação à gestão democrática, o conselheiro Oséias comenta que pode se fomentar uma proposta para ampliar a gratificação para a função de diretores e especialmente de gestores, o que tornaria o processo mais atrativo. Rudnei responde que esta questão foi levantada na comissão de gestão democrática e explica sobre a Lei de Planos de cargos e salários. Simone lembra que a Lei complementar deve ser revisada, especialmente onde diz que especialistas precisam substituir professores, e solicita sua revisão já que a Lei está completando 10 anos de vigência. A conselheira Anielli explica que a alteração precisa ser feita na Lei 1069/91. A conselheira Sarah concorda que a gratificação precisa ser mais atrativa ou o cargo continuará sendo indicação do executivo. Inclusão de pauta, conselheiro Marco Antônio que fala sobre o edital 09/24 de transferências de professores e especialistas da rede Municipal de Educação, relata que enviou e-mail ao gabinete solicitando maior clareza no edital, pois não apresenta os locais com vagas disponíveis, e solicitou juntamente com colegas, a impugnação do referido edital, pois os critérios precisam ser seguidos. A conselheira Cristina concorda que o edital deve divulgar as unidades e quantidades de vagas. Fernanda Guedes, assessora do gabinete do secretário explica que o edital é somente de intenção de vagas e concorda com a preocupação dos conselheiros e dos profissionais. Professor Marcos recebeu e-mail de resposta do RH da prefeitura (paço), o conselheiro colocou que falta transparência no edital, o que pode acarretar em vantagens políticas. Professor Oséias sugere reunião com o secretário Otto. Dayane fala que conversou com o secretário acerca do assunto, e o mesmo explicou que o edital foi elaborado pelo setor administrativo da prefeitura na pessoa do diretor Valmor, e Dayane ainda coloca que nada impede que o edital de intenção de transferência possa ser lançado agora para ocupar vagas no próximo ano e indica oficial, recomendar publicidade e mais transparência. Com o tempo esgotado, alguns assuntos não puderam ser discutidos, ficando para a próxima reunião, foram estes: Escabiose e falta de produtos de higiene/limpeza. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja ata será elaborada pela secretária do conselho e assinada pelos presentes.